

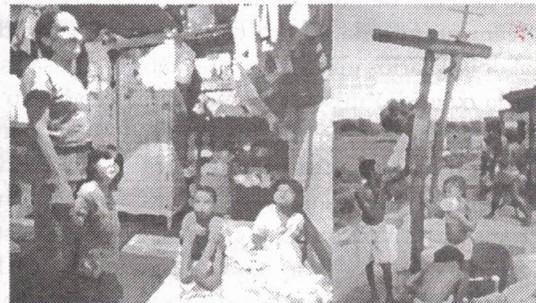


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 317 - DE 17 A 30 DE ABRIL DE 2006 - R\$ 1,50

**Não ao salário mínimo
de fome de Lula!**



Em defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL,



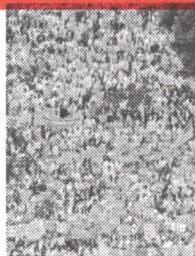
**calculado e votado
pelas assembleias !!**

Eleições: resposta ao chamado do PSTU

Conjuntura Internacional:

- a crise do intervencionismo imperialista
- as lutas na América Latina
- o papel da China na crise mundial

**II Encontro da
Assembleia Nacional Popular
não foi além do eleitoralismo**



**Protestos dos
imigrantes latinos
nos EUA
mobilizam milhões**

Não ao salário mínimo de fome de Lula, por um salário mínimo vital, calculado e votado nas assembleias

O governo do PT/Lula decretou o salário mínimo de R\$ 350,00 a partir de 1º de abril. No Brasil, um terço dos trabalhadores ganham até um salário mínimo. São dezenas de milhões de famílias que vivem na miséria. Outro tanto ganha até dois salários mínimos, o que não os tira da condição miserável. Assim, a maioria dos assalariados é obrigada a sobreviver em condições insuficientes para morar e se alimentar. Menos ainda quanto ao transporte, medicação, higiene etc.

No modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado, o salário é o mínimo para garantir a sobrevivência da força de trabalho e de sua reprodução (família trabalhadora). Mas nem mesmo isso o capitalismo tem realizado. Os proprietários dos meios de produção já não se limitam a explorar a força de trabalho. Têm de avançar sobre os salários para preservar seus lucros e a valorização do capital. Assim, impõem para a maioria dos trabalhadores um salário miserável. Além de explorar o trabalho, lhes arranca até grande parte de sua única fonte de subsistência.

O governo do PT/Lula foi eleito sob a confiança da maioria oprimida de que faria alguma coisa em seu benefício: as promessas de fim da fome, reforma agrária e 10 milhões de empregos. Mas logo se mostrou um instrumento dos capitalistas contra as massas: os poucos empregos criados mantêm grande parte do desemprego; os movimentos dos sem-terra são perseguidos pelos latifun-

diários, pela repressão policial e pela justiça, sem que o governo tome qualquer atitude; a miséria e a fome continuam, e o salário mínimo que o PT/Lula decreta as preserva.

As direções das organizações de massa estão na sua grande maioria atreladas ao governo. Ao invés de expressarem a unidade dos oprimidos contra os exploradores e o governo, fazem o oposto: são instrumentos do governo e dos capitalistas no interior dos movimentos sociais. Em relação ao salário mínimo, contentam-se com o reajuste do governo, que preserva a miséria.

A defesa da sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias depende da luta por um salário mínimo que corresponda às necessidades básicas de vida. Por isso o chamamos de SALÁRIO MÍNIMO VITAL. É aquele que permite que uma família trabalhadora de 4 pessoas possa morar, se alimentar, se transportar, se medicar, se vestir etc. Essa reivindicação pode servir para dar unidade à maioria nacional oprimida, que vive sob salários de fome, para enfrentar a burguesia e seu governo com a força da mobilização de massa. Ao lado dela, coloca-se da mesma forma a reivindicação de EMPREGO A TODOS, que só pode ser alcançada com a divisão de todas as horas de trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar. A isso chamamos ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

Para organizar a luta por essas medi-

das de defesa da vida da maioria contra a superexploração capitalista, é preciso organizar as assembleias de base, que devem discutir e votar qual deve ser o salário mínimo vital. Em nossos cálculos, estimamos que deveria ser de R\$ 2500,00. Muitos dirão que esse valor é impossível de ser atingido. Responderemos que impossível é manter uma família trabalhadora com R\$ 350,00. Se o capitalismo não é capaz de sustentar seus escravos, então é melhor acabar com o capitalismo, mas manter vivos os trabalhadores e suas famílias. É a força da mobilização que pode dizer o que é possível arrancar dos capitalistas e seus governos ou não. Certamente que, se não se mobiliza, nada é possível. Os capitalistas têm em suas mãos a força de governarem, terem o monopólio da repressão e possuírem os meios de produção.

A unidade da maioria nacional só pode se dar através da luta pelas reivindicações comuns, que afetam a todos. Certamente o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, capaz de sustentar a família trabalhadora, e a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, são bandeiras que podem realizar essa unidade. O partido revolucionário trabalha para que essas bandeiras sejam empunhadas pelas organizações de massa e sirvam à construção de um poderoso movimento da maioria nacional oprimida, que caminhará para a luta antiimperialista e anticapitalista.

Conquistar o salário mínimo

Governo Lula / PT condena os explorados à fome

O salário mínimo de fome definido pelo governo PT / Lula, com a colaboração das direções sindicais pelegas da CUT e da Força Sindical, passa a valer a partir de abril. Esses míseros R\$ 350,00 é 4,3 vezes menor que o piso salarial definido pelo Dieese para este mês (R\$ 1.489,33) e não permite ao trabalhador arcar nem com o custo de uma cesta básica familiar, que está em torno de R\$ 531,84.

Assim, para o governo Lula / PT e para as direções vendidas, ao trabalhador e à sua família, não é dado nem o direito à alimentação, portanto, nem o direito à sobrevivência. Sem essa

garantia básica, elementar, a reposição da força de trabalho fica comprometida, ela se deteriora rapidamente. Em outras palavras: é a vida dos explorados e de sua família que está sendo tirada.

O piso do DIEESE também não garante a vida das massas

A comparação acima – do piso do governo com o piso do Dieese – só serve para mostrar o quanto o salário mínimo. O POR não defende o piso salarial do Dieese. Denuncia que esse piso tem problemas de cálculo. Não assegurando o atendimento das necessidades materiais da maioria dos trabalhadores ex-

plorados.

O piso do Dieese, como já temos alertado, leva em conta principalmente os gastos com uma alimentação bem restrita em quantidade e qualidade, definida por uma Tabela de Provisões Mínimas (do Decreto Lei nº 399, de 1938), do governo Vargas. Além disso, considera que o gasto com alimentação corresponde a 35,71% das despesas das famílias de baixa renda, sendo que os 64,29% restante deverão dar conta das demais despesas (vestuário, transporte, habitação etc.). Tendo como o exemplo o piso atual (de R\$ 1.489,33), uma família de 4 pessoas teria somente R\$ 957,49 para arcar com despesas de aluguel, transporte, vestuário, saúde etc. Ou seja, esse piso mantém uma vida de sacrifícios para os trabalhadores, enquanto os patrões esbanjam riqueza e luxo.

Qualquer defesa do salário deve ter em conta a necessidade de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Deve ter como preocupação a vida das massas e não uma miséria relativa, isto é, "menor" que aquela gerada pelo salário mínimo estabelecido pelo governo. Deve valorizar a força de trabalho, confrontando-se com a exploração da burguesia.

Aumenta a distância entre os ricos e pobres

A última edição da *Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE* demonstra como a desigualdade se expressa nos rendimentos dos trabalhadores explorados. Embora esse estudo traga dados de 2004 serve de referência para a comprovação de que, apesar de trabalhar, a maioria vive na miséria.

De um total de 84.596.294 ocupados, 30,4% possuem carteira assinada no setor privado, 18,3% não têm carteira assinada e 22% trabalham por conta própria. Ou seja, 40,3% não têm vínculos empregatícios e direitos trabalhistas. Além disso, um contingente de 7% não tem remuneração.

A maioria dos trabalhadores sem carteira assinada (28,9%), dos trabalhadores domésticos (31,8%) e dos trabalhadores por conta própria (27%) não ganha nem mesmo um salário mínimo. Recebem até meio salário mínimo. A minoria dos trabalhadores sem carteira assinada (16%), dos domésticos (5,6%) e dos que vivem por conta própria (20,3%) ganham mais de 2 salários mínimos. O que não é nenhuma fortuna, já que hoje daria pouco mais de R\$ 700,00, isto é, daria para comprar a cesta bem básica do Dieese e sobraria por volta de R\$ 200,00 para pagamento de aluguel, água, luz, farmácia, vestuário, transporte etc.

Entre os trabalhadores que ganham mais de 2 salários mínimos, temos os com carteira assinada (28,4%) e os militares e estatutários (47,7%). Mas, entre eles, há aqueles (10,4% com carteira assinada e 6,0% de militares e estatutários) que ganham até meio salário mínimo. Um total de 16,4% trabalhadores.

Na região Nordeste é onde se ganha menos, ou seja, onde se apresentam os maiores índices de rendimento médio de até meio salário mínimo para os trabalhadores sem carteira assinada (49,9%), com carteira assinada (25,3%), militares e estatutários (13,2%), domésticos (60,7%) e por conta própria (48,1%). Há mais trabalhadores com carteira assinada na região Sudeste (39,4%) e menos no Nordeste (17,1%); mais militares e estatutários na região Centro-Oeste (9,4%) e menor número no Nordeste (6%), maior concentração de domésticos na região

Centro-Oeste (9,7%) e menor na região Nordeste (6,4%).

Na região Sul, é onde se concentram os índices maiores de rendimento médio mensal de mais de 2 salários mínimos. Trata-se de 23,9% dos trabalhadores sem carteira assinada; 32,5% dos com carteira assinada; 56,9% dos militares e estatutários e 30,4% daqueles por conta própria e 7,5% de domésticos. Esta região é a que concentra menor número de empregados sem carteira assinada (13,7%), militares ou estatutários (5,7%) e trabalhadores domésticos (6,3%).

Como se vê, há uma diferença entre Nordeste e Sul. O Nordeste é a segunda região que emprega mais (22.413.607 pessoas ocupadas), mas principalmente trabalhadores por conta própria (27,4%) e sem carteira assinada (21,1%). Essa região apresenta os maiores índices para rendimentos até meio salário mínimo e os menores índices para os trabalhadores com rendimentos de mais de 2 salários mínimos (6,9% de empregados sem carteira assinada; 15% com carteira; 33,2% de militares e estatutários; 0,7% de domésticos e 7% de trabalhadores por conta própria). O Sul apresenta 14.112.746 pessoas ocupadas, sendo a maior parte delas de trabalhadores com carteira assinada (35,1%) e por conta própria (20,6%). Apresenta os maiores índices para rendimentos de mais de 2 salários mínimos e os menores índices de rendimentos médios até meio salário mínimo (16,7% trabalhadores sem carteira assinada; 5,7% com carteira; 1,8% de militares e estatutários; 20,7% de domésticos e 13,8% por conta própria). Isso não significa que não exista miséria na região Sul, pois nela, ainda que em menor proporção que o Nordeste, há também quem ganhe um salário de fome.

Essa diferença entre os dados regionais responde ao fato do Brasil ser um país semicolonial, em que se caracteriza pela economia combinada. Coexistem regiões agrárias atrasadas com regiões altamente industrializadas. A burguesia não foi capaz de desenvolver de forma geral o capitalismo industrial, configurando grandes diferenças salariais. Mas o fundamental é que as massas são profundamente exploradas em toda parte.

Desigualdade social e desequilíbrio regional

A pesquisa do IBGE ainda revela dados quanto à distribuição de rendimentos médios mensais entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos da população ocupada. No país, há 29.550.000 pessoas que pertencem aos 40% mais pobres e 7.390.000 que pertencem aos 10% mais ricos. O rendimento médio mensal do contingente populacional que pertence aos 40% mais pobres é de 0,77 salário mínimo. O rendimento médio mensal dos que pertencem aos 10% mais ricos corresponde a 12,51 salários mínimos. Ou seja, a maioria não ganha nem mesmo a miséria de um salário mínimo, enquanto a minoria ganha, pelo valor atual do salário, cerca de R\$ 4.378,50.

É importante observar que, em todos os casos, tratam-se de trabalhadores, ou seja, o IBGE não ousa demonstrar a diferença de renda entre os burgueses e as massas exploradas. Prefere apontar a diferença de rendimentos entre os que trabalham, lembrando que os "10% mais ricos" também não ganham nenhuma fortuna se comparado com os lucros dos capitalistas financeiros, industriais etc.

O rendimento médio mensal em salários mínimos por região pode ser observado no quadro abaixo.

REGIÃO	40% MAIS POBRES (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	10% MAIS RICOS (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	DIFERENÇA DO RENDIMENTO
NORDESTE	0.44	8.32	7.88
NORTE	0.75	9.80	9.05
CENTRO-OESTE	0.92	15.24	14.32
SUDESTE	0.98	13.88	12.90
SUL	1.00	13.32	12.32

Em todas as regiões, os que pertencem aos 40% mais pobres são pobres mesmo, isto é, não ganham nem o salário mínimo de fome. No Nordeste, entretanto, não se paga nem a metade deste salário para 7.140.000 trabalhadores e, no Norte, paga-se um pouco mais que a metade para 2.130.000 trabalhadores.

Na região Centro-Oeste está a maior diferença entre os 40% mais pobres (2.260.000 trabalhadores) e os 10% mais ricos (570.000 pessoas). Em seguida vem a região Sudeste, que tem o maior contingente de trabalhadores pertencentes aos 40% mais pobres (13.170.000) e também de pessoas que formam o grupo dos 10% mais ricos (3.290.000), fato que aumenta a desigualdade na região.

Como visto, o salário, única fonte de renda da maioria dos trabalhadores, adquire importância no combate da desigualdade social. O estudo do IBGE revela distorções que não poderão ser resolvidas com a hipócrita proposta de "distribuição de renda". Essa bandeira é perigosa, porque cria a ilusão de que é possível reformar o capitalismo, de que é possível "convencer os patrões", "conscientiza-los", a pagarem mais. As direções sindicais pelegas da CUT e da Força Sindical defendem essa bandeira e é ela que embasa a farsa de uma "política permanente de valorização do salário", preparada por essas direções em

conjunto com o governo federal.

Defesa da vida

É bom lembrar que a desigualdade social não consiste na simples diferença de renda entre membros da população. Consiste sim no fato de que a burguesia é a classe dominante, porque tem a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, define onde, quanto e como vai produzir, isto é, quantos trabalhadores irá empregar e quanto vai lhes pagar. Se ela é mais rica é porque o domínio dos meios de produção lhe permite isso, lhe permite se apropriar da riqueza produzida pelos trabalhadores. Por outro lado, à maioria que não tem a propriedade dos meios de produção só resta trabalhar para quem os tem.

A desigualdade social só será eliminada com a superação do capitalismo, a qual ocorrerá por meio da revolução social. Mas, a luta contra o capitalismo, a preparação da revolução social, exige que, desde já, lutemos contra as expressões dessa desigualdade. Daí a importância da luta pelo aumento de salário. Trata-se de uma medida transitória que, além de garantir a vida das massas, as faz perceber a necessidade de destruição do capitalismo que nunca atenderá seus interesses.

Quanto maior o valor do salário, maior a valorização da força de trabalho e menor a exploração. Quanto maior o valor do salário, maior a possibilidade de sobrevivência do trabalhador e de sua família, maior a garantia de suas vidas. Por isso, os trabalhadores não podem se contentar com migalhas e nem com o que é aceitável para os patrões.

O POR defende o salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores. Embora, defendamos que o salário mínimo vital deva ser calculado por uma assembleia de base, não nos eximimos de apresentar uma proposta que se diferencia do piso do Dieese. Essa proposta, em nosso cálculo, é de um piso não inferior a R\$ 2.500,00.

Prossegue a disputa eleitoral

O governo do PT/Lula continua sob ataque da oposição. As denúncias do procurador geral da República, apontando 40 nomes de responsáveis pelo esquema do mensalão, reavivaram as especulações sobre a viabilidade jurídica do impeachment. Mas a própria oposição burguesa (PSDB/PFL) afirma que não há apoio popular para mover o processo.

As denúncias contra o ex-ministro Palocci respingaram no Ministro da Justiça Thomás Bastos, que participou da reunião que articulava a defesa de Palocci através da denúncia de suborno contra o caseiro Rosenildo, fundamentada em extratos bancários obtidos ilegalmente. A oposição pede a cabeça de Bastos, nova munição para o jogo eleitoral.

Mas as pesquisas indicam estagnação ou pequena queda da popularidade de Lula. E que o candidato do PSDB/PFL, Alckmin, não avança de forma significativa. Ao contrário, sofre a ameaça de Garotinho (PMDB) para a ida ao segundo turno.

Mas o próprio PMDB articula uma disputa entre Garotinho, que venceu a consulta do mês passado, com Itamar Franco, lançado recentemente por Quéricia. A preocupação do quercismo é

com as negociações entre Garotinho e o PSDB/PFL.

A votação do orçamento tem sido atrasada pela oposição burguesa, de forma a frear o uso da máquina estatal em favor do governo do PT/Lula. Mas a resposta do governo, que suspendeu o repasse de recursos referentes à lei Kandir e decretou medida provisória liberando recursos bilionários abriu caminho para a formalização dos gastos.

As frações da burguesia se alinham para a disputa eleitoral. O PT/Lula conta com a vantagem pelo apoio do capital financeiro, do imperialismo, o controle das organizações de massa e o uso da máquina governamental. Seu desgaste com a classe média pelas denúncias de corrupção ainda não foi suficiente para abrir caminho para a vitória oposicionista. Mas aumentou sua dependência em relação ao PMDB, que joga com seu papel de fiel da balança. Todas as frações burguesas se alinham na defesa da essência da política ditada pelo imperialismo: conter a crise capitalista descarregando os custos sobre as massas. A disputa eleitoral procurará arrastar as massas a apoiarem seus algozes.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

MST sofre indiciamento de lideranças

Há um mês, cerca de 2 mil militantes da Via Campesina, a maioria mulheres, invadiram e danificaram instalações da Aracruz, em Barra do Ribeiro (56 km de Porto Alegre). Agora, polícia gaúcha indiciou 37 pessoas pela invasão ao horto florestal da Aracruz Celulose, incluindo o líder nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile. Além dos indiciamentos, todo tipo de ajuda ou financiamento à Via Campesina foram suspensos pelo governo do Rio Grande do Sul.

Também cerca de 800 integrantes do MST poderão ser indiciados em inquérito policial instaurado pelo delegado de Carazinho (RS), Danilo Flores, pela ocupação da Fazenda Coqueiros, em 2004.

Apesar da repressão, as ocupações continuam:

Cerca de 200 famílias de agricultores ligadas ao MST ocupa-

ram o engenho São Bernardo, próximo ao município de Paudalho, na Zona da Mata pernambucana.

Cerca de 300 famílias ocuparam a Fazenda Barros, que fica em duas cidades do agreste de Pernambuco - Feira Nova e Glória do Goitá.

50 famílias ocuparam a Fazenda Carcará, em Inajá, no sertão pernambucano.

Cerca de 120 integrantes do MST acamparam em frente ao prédio do Incra em Cuiabá (MT), após serem despejados de uma fazenda onde estavam acampados há quatro anos.

A fazenda Santa Terezinha, em Paranapoema (noroeste do PR), foi desocupada. Para cumprir mandado de reintegração de posse, o governo do Paraná utilizou um efetivo de aproximadamente 1.500 policiais. Na fazenda viviam 800 famílias sem-terra.

II encontro da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda procura formar bloco de apoio às candidaturas do PSOL

Nos dias 7, 8 e 9 de abril, realizou-se, em São Paulo, o II encontro da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda, que contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas (198 inscrições, segundo os organizadores). Portanto, a participação foi bem menor que no primeiro encontro, realizado em setembro do ano passado, que contou com cerca de 800 participantes. Composta majoritariamente por militantes do P-Sol, PCB e dirigentes sindicais da esquerda da CUT (ASS, ANDES etc.). O encontro contou ainda com a presença de outras siglas como APS, Refundação Comunista/SP, Espaço Socialista, LER (Liga Estratégia), LBI, MTL, Resistência Popular, PCBR, MLST, Pastoral Operária, entre outras. O MST enviou dois representantes.

O Partido Operário Revolucionário participou do encontro defendendo as propostas contidas no manifesto reproduzido abaixo.

A dinâmica de funcionamento foi a mesma do primeiro encontro, com abertura e início de credenciamento (07/04), grupos de discussão e plenária para debate das setoriais (08/04) e plenária geral para debates e deliberações (09/04). As discussões nos grupos giraram em torno do seguinte temário: 1) Sindical; 2) Campo; 3) Movimento estudantil e Juventude; 4) Movimento Negro; 5) Gênero; 6) Ecologia; 7) Movimentos Populares Urbanos; 8) Direitos Sociais e Direitos Humanos; 9) Orientação Sexual; 10) Trabalho e Emprego e Alternativas ao desemprego.

Qual o objetivo do encontro?

A aprovação de uma carta dirigida principalmente ao CONAT, objetivando a realização de um encontro nacional das esquerdas para o ano que vem e a formação de um organismo "intersindical" (CONTA, ENCLAT etc) antecedidas por discussões em torno de temas genéricos, demonstrou que a segunda plenária da ANPE tinha o propósito de discutir e formar uma frente eleitoral em torno dos candidatos do PSOL. Por exemplo, para governador em São Paulo, com Plínio de Arruda Sampaio,

que enfatizou: "A disputa eleitoral será muito difícil, por isso teremos que ter unidade para enfrentá-la e fazermos uma grande campanha de luta". Declarou ainda "estar preocupado com a alta aprovação de Lula", e que "era preciso unificar a esquerda socialista e reconstruir o bloco histórico dos trabalhadores da esquerda" em torno da candidatura de Heloisa Helena.

Na plenária de domingo esta questão ficou encoberta nas discussões em torno da forma de ação que a Assembléia Popular deveria tomar: se a ação direta ou a via parlamentar, porém todas se colocavam pela defesa da unidade das esquerdas pela via parlamentar. O PCB declarou que "as divergências só existiam no plano tático" e que "a defesa do bloco histórico passava pela defesa do processo eleitoral".

A Estratégia Revolucionária também defendeu a unidade em torno da candidata do P-SOL dizendo que "era possível mostrar que existe uma alternativa à polarização Lula/Alchmin e Heloisa Helena pode ser essa alternativa".

De forma geral, todas as discussões foram conduzidas para as eleições. Basta ver que decidiu-se que apenas os temas de consenso seriam aprovados e os polêmicos seriam colocados na página da internet.

Se o primeiro encontro da primeira Assembléia Nacional Popular de Esquerda tinha a pretensão de construir o PSOL e isto ficou provado no final da plenária, com a incorporação de vários militantes que saíram do PT, o segundo encontro, que ocorreu em um momento de profundo ataque da classe capitalista sobre a vida dos trabalhadores, se preocupou mais em discutir temas eleitorais do que aprovar e levar a sério qualquer tipo de luta. O que vale para essa burocracia sindical corrompida é a discussão abstrata de ação direta ou via parlamentar. Na verdade, a discussão em torno da ação direta foi apenas um verniz para encobrir o verdadeiro objetivo do encontro, que era defender o parlamento e mais uma vez iludir os trabalhadores com a via da democracia burguesa através do voto.

O final da segunda plenária da ANPE foi melancólico. A plataforma da carta traz um programa de reformas pequeno-burguesas. Suspensão e Auditoria das dívidas externa e interna é um exemplo. Este ponto, o primeiro da carta, foi votado sem nenhum tipo de argumentação, apesar de haver discordâncias de seu conteúdo.

A carta aprovada expressa bem a política da ANPE e representa a orientação reformista para os sindicatos e os interesses da burocracia que fica perto da vida das massas trabalhadoras

Manifesto aos companheiros da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda

A realização da II Assembléia Nacional Popular e da Esquerda tem a tarefa de realizar um balanço da I Assembléia. Tudo indica que pouco avançou no campo dos movimentos popular e sindical. A campanha contra a visita de Bush e as reformas neoliberais foram extremamente fracas. As discussões realizadas nos grupos não serviram de base para a plenária final. O que existiu foi um consenso entre as correntes majoritárias, incorporadas numa Carta. O que mostra que havia um consenso pré-estabelecido entre os organizadores da ANPE e que as discussões nos grupos eram apenas para dar um verniz de democracia. A Carta Aberta aprovada resultou de um compromisso eleitoral da esquerda que rompia com o PT e ingressava no PSOL. Por isso, boa parte de sindicalistas, no final da ANPE, armou um ato para se filiarem coletivamente ao PSOL. Na verdade, tudo foi tramado para que sindicalistas, representantes da Igreja e descontentes com as denúncias de corrupção do governo PT/Lula pudessem engrossar as fileiras do PSOL.

Agora, novamente é convocada a ANPE. Sabemos da intenção eleitoral desses agrupamentos, que certamente procurarão reunir dirigentes sindicais e populares para apoiar as candidaturas do PSOL. Não por acaso, na I ANPE Plínio Arruda Sampaio usou a tribuna para combater as posições marxistas presentes nesse encontro, filiou-se ao PSOL e, agora, comparece como candidato desse partido ao governo de São Paulo. Está aí por que é necessário um balanço para que essa II ANPE não seja novamente trampolim eleitoral para o reformismo do PSOL.

O POR participa dessa II ANPE combatendo o eleitoralismo desses dirigentes sindicais e defendendo que a ANPE tenha como objetivo unificar as forças do

apenas para fazer manobras em favor de suas carreiras ao parlamento burguês.

O fato é que o II encontro da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda não serviu minimamente para discutir com seriedade as reivindicações imediatas das massas, levanta-las como ponto de partida para a luta contra a exploração da burguesia, destruição da sociedade capitalista e construção do socialismo. No próximo número, daremos continuidade ao balanço da ANPE.

movimento operário, camponês, popular e estudantil para lutar pelas reivindicações dos explorados e pela independência dos organismos dos trabalhadores frente o Estado e seus governos.

Nesse sentido, defendemos que a ANPE discuta e aprove as seguintes campanhas:

1. Que nenhum trabalhador e aposentado recebam menos que o salário mínimo vital. Há que rechaçar o salário mínimo do governo PT/Lula de R\$ 350,00, que condena a maioria explorada à miséria e à fome. O cálculo do valor do salário mínimo vital deve ser aprovado pelas assembleias operárias e populares. Nos nossos levantamentos de valor de cesta-básica, aluguel, tarifas de água e luz, transporte, saúde e educação para a manutenção de uma família de 4 pessoas seriam preciso de R\$2.500,00. Os políticos e a burocracia sindical vendida dirão que esse valor quebra a economia, por isso preferem manter os R\$350,00. Nós defendemos a vida da maioria explorada.

2. Emprego a todos os trabalhadores por meio da escala móvel das horas de trabalho. O que significa a divisão das horas nacionais de trabalho entre os que estão aptos para o trabalho. Essa é a única forma para combater o desemprego que atinge em cheio a família dos explorados. A redução da jornada, sem redução do salário, é consequência da implantação da escala móvel.

3. Que não haja nenhum jovem sem emprego e sem os estudos. Os milhões de jovens que estão fora do trabalho e não têm acesso à escola atestam a violência do capitalismo condenando-os à miséria e a toda sorte de violência oriunda desse sistema econômico. As reivindica-

ções de 4 horas na produção social e o restante na escola, de um salário necessário para a sobrevivência e a eliminação da exploração infantil são essenciais na luta contra esse sistema que escraviza desde a tenra idade uma parcela de crianças e mutila a juventude, idade em pleno desenvolvimento da capacidade físico e intelectual.

4. Pela constituição dos Tribunais Populares para colocar nas mãos dos operários, camponeses e demais explorados o julgamento e a punição aos crimes da burguesia. Pela apoio à luta dos camponeses sem-terra contra os latifundiários, governos, Justiça e polícia. Entrega das terras aos camponeses, sem indenização aos fazendeiros;

5. Fim das reformas antinacionais e antipopulares que sacrificaram a maioria do povo brasileiro em favor do grande capital nacional e estrangeiro. Não pagamento da dívida externa e fim de todos os acordos e contratos com os saqueadores imperialistas. Fim do intervencionismo militar e econômico das potências sobre as semicolonias;

6. Que se trabalhe por constituir a frente única anticapitalista e antiimperialista, sob o programa e os métodos da classe operária.

7. A ANPE deve se pronunciar pelo fim da sociedade de classe, por meio da revolução proletária que transforme a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Para o POR não há outra via para combater o capitalismo e impor as reivindicações dos explorados se não se colocar por construir o partido revolucionário. Qualquer variante do reformismo petista só obscurece a verdadeira tarefa de pôr em pé o partido da insurreição das massas contra o poder econômico e político da burguesia.

PSTU se arrasta por detrás do PSOL

A bandeira de “Nem Lula, Nem Alckmin - Unir a Esquerda” é dirigida exclusivamente ao PSOL. O PCB está de acordo; o problema está em obter do PSOL confirmação de constituição de uma frente eleitoral com o PSTU. Não por acaso o jornal Opinião Socialista estampa: “Frente Classista e Socialista entre PSOL, PSTU e PCB (...)”. Internamente, acrescenta “e outras forças de esquerda”.

O fato é que os morenistas estão fazendo de tudo para se colocarem debaixo do guarda-chuva dos ex-petistas, que formaram o novo partido. Aceitam de antemão a candidatura de Heloisa Helena e pedem a posição de vice ao PSOL.

O PSTU faz campanha acirrada pela frente devido às negociações do PSOL com o PDT; e devido à resistência de setores do PSOL em darem a vice-presidência a Zé Maria. Conta com a pressão das bases dos psolistas para obter a concessão de uma frente, sob a coordenação de Heloisa Helena. Como se vê, o PSTU não faz um chamado sério e honesto de constituição de uma frente de esquerda, mas sim uma exortação ao PSOL, antecipando a aprovação de He-

loisa Helena para a presidência, com o argumento de que é quem tem mais votos.

A pergunta é quem tem mais voto ou quem pode encarnar o programa classista frente às massas? Está claro que o PSTU quer um acordo eleitoral a todo custo com o PSOL. Por isso, o programa aprovado em sua conferência para servir de base à sua campanha e às negociações com o PSOL não passa de reivindicações democráticas e limitadas a um programa de governo do Estado burguês. Não coloca o método para se alcançar o não pagamento das dívidas externa e interna, a reforma agrária radical etc. Limita-se a declarar apoio ao que o MST já faz.

Um programa dessa natureza incentivará as ilusões democráticas dos explorados nas soluções pela via do Estado burguês.

Nas eleições passadas, o PSTU dizia em sua campanha que as eleições são o campo de domínio burguês e proclamava a ação direta – mas agora esse postulado não serve para constituir uma frente de esquerda? A generalidade dos pontos programáticos visa a atrair o PSOL e para o PSTU aparecer como protagonista de uma frente programática.

O que significa a bandeira “contra a democracia dos ricos”? Significa que a frente proposta tem por objetivo destruir o Estado burguês? Esse é o ponto estratégico do “programa” apresentado pelo PSTU. No entanto, é formulado de maneira vaga e totalmente impreciso. Como pode ser uma frente classista e socialista se não se coloca pela derrocada da burguesia e do capitalismo pela via da revolução proletária?

Podemos dizer que a posição do PSTU é oportunista quanto à proposta da frente e quanto ao programa. Expressa assim o seguidismo eleitoral ao PSOL.

No Jornal Massas anterior formulamos uma posição positiva a uma frente revolucionária: “O correto é convocar plenárias locais, regionais, sindicais e nacionais, de forma a se constituir um movimento de aglutinação da vanguarda em torno de pontos claros de um programa antiimperialista e anticapitalista; de forma a que todas as correntes apresentem suas posições com liberdade de crítica e que as candidaturas também sejam decididas nas plenárias, sejam proletárias e revolucionárias. E de forma que se possa combater o eleitoralismo”.

Metalúrgicos-ABC (Volkswagen)

Que acordo interessa aos trabalhadores?

No dia 8 de abril, aconteceu a última plenária convocada pela direção do sindicato para debater a renovação ou não do acordo de semana de quatro dias, que vence em novembro de 2006. Um fato interessante e que chamou nossa atenção é que a direção do sindicato não colocou nenhuma linha na Tribuna Metalúrgica sobre as discussões e encaminhamentos que foram tirados nas plenárias. Fizemos um resumo das discussões e propostas que foram apresentadas nas plenárias para que os trabalhadores possam decidir corretamente sobre que acordo deve ser votado.

Na abertura das plenárias, a coordenação apresentava um cartaz com os seguintes pontos: 1. Renovação do acordo de semana de quatro dias; 2 Estabilidade; 3. Flexibilização; 4. Terceirização; 5. Autovisão. Em seguida, era aberta a palavra para quem quisesse fazer uma proposta, ou comentário. Muitos companheiros apresentaram propostas. Um companheiro se inscreveu e disse que era a favor da estabilidade mas se colocou contra a terceirização, pois ele estava hoje no CFE, porque seu posto havia sido terceirizado. Esse mesmo companheiro lembrou que a estabilidade tem de ser para todos os trabalhadores, e não só para uma parte, como foi feito em 2001, quando foram demitidos 700 companheiros para fazer o acordo. Outro companheiro disse que era a favor da redu-

ção da jornada mas sem redução de salários, sem mexer em nosso bolso; ele também lembrou das grandes lutas feitas pelos metalúrgicos do ABC e disse que não tem essa de que os tempos mudaram coisa nenhuma, portanto, é preciso ir à luta para garantir nossos empregos e direitos.

Na contramão do que falavam os trabalhadores, membros da coordenação Chapa Um se escreviam para dizer que a empresa só aceitaria renovar o acordo se cedêssemos alguns direitos. Ao invés de defender a unidade de todos os metalúrgicos do ABC para lutar através de seu método próprio de luta, que são as greves, a coordenação, num discurso totalmente pelego e derrotista, dizia que os trabalhadores pareciam acreditar em papai Noel, quando iam lá e defendiam que a coordenação não poderia aceitar no acordo redução de salário, terceirização, CFE, Banco de horas, ou seja, nenhuma demissão ou retirada de direitos.

A coordenação informou ainda que pretende realizar assembleia na fábrica e convidar um grande número de trabalhadores para em maio entregar uma pauta para a empresa como forma de pressioná-la a renovar o acordo de semana de quatro dias.

Renovar o acordo de semana de quatro dias ou construir um novo acordo?

Um membro do Nossa Classe que tam-

bém falou na plenária começou dizendo que era um grande erro a direção do sindicato querer organizar os trabalhadores para pressionar a empresa a renovar um acordo que como já vimos não tem nenhuma cláusula que beneficie os trabalhadores, ou seja, como poderia o sindicato organizar os trabalhadores para renovar um acordo que vai contra os interesses dos próprios trabalhadores? Isso é inaceitável. Os trabalhadores não podem cair nessa armadilha que a direção do sindicato está preparando.

O companheiro do Nossa Classe falou ainda que o sindicato deve sim organizar todos os trabalhadores, não para renovar o acordo de semana de quatro dias, mas para construir um novo acordo que garanta realmente nossos empregos, salários e direitos. No acordo que devemos defender não podemos aceitar: Nenhuma demissão, terceirização, redução de salário, nada de CFE, e Banco de horas, ou seja, nenhuma forma de flexibilização de direitos.

Finalizou apresentando como proposta que a direção do sindicato organize todos os trabalhadores, não só da Volks, mas de todas as fábricas do ABC, para impor aos patrões a redução da jornada sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho), como única forma de garantir emprego e salários a todos os trabalhadores aptos ao trabalho. O mesmo a CUT deve fazer em nível nacional.

Plenária da Conlutas – Professores-SP

O POR participou da plenária defendendo o seguinte manifesto:

Aos Companheiros da Conlutas,

As plenárias que se realizam nesse momento têm por objetivo eleger os delegados para no congresso aprovar a fundação de uma nova Central. Consideramos um erro cindir a CUT e deixá-la ao controle da burocracia petista. O POR, diante da decisão do PSTU e de outros agrupamentos de desfiliação dos sindicatos da CUT e criação de uma nova Central (entidade), se posicionou desde o início contra. Colocou-se favorável à constituição de uma frente de luta/classista para aglutinar os trabalhadores na defesa das reivindicações contra os governos, patrões e burocracia sindical colaboracionista. Uma frente única de luta que caminhe para pôr em pé a frente única antiimperialista, sob a direção do programa da classe operária, que é o de eliminar o intervencionismo imperialista e derrotar o sistema de exploração do trabalho. O que implica o combate incessante pela independência dos sindicatos/Central frente aos governos e na defesa da mais ampla democracia proletária.

Nesse sentido, o POR intervém nos sindicatos/CUT e nas plenárias convocadas pela Conlutas defendendo:

1.É um equívoco do PSTU/agrupamentos a caracterização de que existe um movimento de massa de ruptura com CUT. O que existe é um descontentamento de uma vanguarda politizada que critica a conduta da burocracia traidora e se manifesta, em alguns casos, na vitória de chapas oposicionistas à direção dos sindicatos. Porém, esbarra no grande poder de controle da burocracia da CUT sobre a maioria dos sindicatos e no pouco desenvolvimento de uma oposição classista, materializada na formação das frações revolucionárias para enfrentar os vendidos.

2.É correto a colocação de que a CUT se burocratizou, se transformou em organismo da política estatal e, por isso, não responde aos interesses dos explorados. O que não é correto é o fato de ter essa caracterização somente quando o PT chegou ao poder do Estado. Antes disso, essa corrente compôs a direção nacional da CUT e chamou o voto no governo do PT/Lula mesmo sabendo do compromisso da “Carta aos Brasileiros”. Em momento algum houve a disposição de impulsionar a fração oposicionista para denunciar os acordos assinados pela burocracia sindical junto ao patronato e o colaboracionismo dessa direção às reformas neoliberais que vinham sendo implantadas por FHC. Foi na época da Reforma Sindical/Trabalhista que abandonou a direção da CUT e organizou as manifestações contra o governo e a Central, já com o intuito de cindi-la. A estatização dos sindicatos/CUT, portanto, não é um fenômeno novo. O processo de integração do PT ao Estado (democracia burguesa) foi acompanhado pela CUT. A chegada do PT ao poder dependia do colaboracionismo da CUT, que se prestou a impor a eliminação do conflito entre capital/trabalho, a aceitação da retirada de direitos elementares dos trabalhadores e a quebra da democracia operária em todos as instâncias da Central/sindicatos.

3.É um erro político abandonar a CUT sob o argumento de que não é possível recuperar a Central em favor dos explorados

em função da política antidemocrática e gansterial da burocracia. Os congressos da CUT, não é de hoje, vêm estreitando a democracia e ampliando o poder da burocracia dirigente dos sindicatos. O que faltou e falta é a existência de uma fração oposicionista, inserida no seio dos trabalhadores para combater diariamente a traição dos burocratas. A oposição não pode se restringir ao momento dos congressos e nas disputas de eleições sindicais. A existência de uma burocracia aparelhista e truculenta não impede a existência da fração revolucionária, que tem como objetivo atuar no movimento social, no interior dos sindicatos e, portanto, fora e dentro da CUT. O enfraquecimento da burocracia traidora depende da elevação política dos explorados, para que possam recuperar seus organismos de massa.

4.Não será por meio da construção de uma nova Central, minoritária, que se enfraquecerá o poder da burocracia da CUT e eliminará a “dispersão” dos trabalhadores. Nas condições objetivas, a cisão da CUT imporá a divisão dos trabalhadores no interior dos sindicatos. Uma parcela significativa continuará sendo controlada pela burocracia cutista sem que haja oposição interna que contribua para a elevação da compreensão dos explorados para a necessidade de constituir uma verdadeira direção de luta de classe. A unidade organizativa dos trabalhadores, materializada em organismos unitários, constitui numa posição fundamental para combater o sistema de opressão e as direções adaptadas à política burguesa. Os revolucionários sempre trabalham pela unidade política e organizativa dos explorados. A divisão só deve ocorrer quando as massas, no processo da luta, impuserem seus organismos contra os da burocracia. A cisão não pode ser uma vontade subjetiva de uma vanguarda ou de uma burocracia mais à esquerda.

Nesse sentido, lutamos no interior da Conlutas para:

1.A constituição de uma oposição revolucionária, sob a base do programa e os métodos da democracia operária, para varrer a burocracia encastelada nos sindicatos e na CUT;

2.Fazer da Conlutas uma frente única de ação, que organiza a luta dos explorados contra o patronato, seus governos e a burocracia corrupta;

3.Combater as reformas antinacionais e antipopulares do governo PT/Lula, defender as reivindicações vitais dos trabalhadores (salário, emprego e direitos sociais), apoiar a luta dos camponeses sem-terra pelo fim do latifúndio e punição de todos os crimes da burguesia; impulsionar a luta contra o saque imperialista e o intervencionismo militar das potências; defender a independência da CUT frente ao Estado e governos e trabalhar para impor a democracia operária nos sindicatos e na Central;

4.Chamar a Conlutas a rever sua posição de ruptura com a CUT e constituir a fração revolucionária para derrotar a burocracia dos sindicatos e da Central;

5.Recuperar os sindicatos/Centraís para a luta de classe

contra o sistema de opressão social, que se materializa na estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O erro do CONAT: cindir a CUT

A plenária para retirada de delegados da APEOESP para o CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores), realizada em 08/04, deixou evidente os equívocos das posições políticas das correntes oposicionistas, bem como os objetivos eleitorais e aparelhistas de algumas delas.

Quanto à organização, a coordenação optou pela fragmentação. Dividiu os professores em diversas plenárias, sendo uma da Capital e Grande São Paulo e outras tantas no interior. A alegação foi de que não era possível arcar com as despesas com o deslocamento dos militantes do interior. Essa dispersão impossibilitou um debate amplo das idéias a serem encaminhadas ao congresso. O aprofundamento da discussão, na capital e Grande SP, também ficou comprometido. O espaço onde se deu a plenária foi reservado para somente 3 horas (das 14 às 17 horas) e os trabalhos iniciaram com uma hora de atraso.

A dinâmica proposta contava com a apresentação das teses e contribuições (teses incompletas ou não entregues), a discussão das mesmas e votação, precedidas de defesas. Entretanto, devido ao atraso, foi reduzido o tempo de apresentação das teses e de contribuições. Estas últimas, inclusive, tinham apenas metade do tempo estabelecido para as primeiras.

No final, não foi possível proceder a nenhuma votação. Com exceção de um ponto fundamental para o PSTU: a formação de uma frente eleitoral com PSOL e PCB, encabeçada por Heloisa Helena.

Objetivo do PSTU: aprovar a moção eleitoral

A idéia de todas as correntes políticas que participaram da plenária e que estarão no CONAT, com exceção do POR (e alguns independentes que não se manifestaram), é a de que a Conlutas seja um novo “instrumento de luta” para os trabalhadores. Ou seja, trata-se de formar uma organização que seja uma central sindical nova para alguns ou até mais ampla para outros (aglutinando os movimentos sindicais, populares, estudantis etc.). Todos eles concordam que, para tanto, deve haver uma ruptura dos sindicatos com a CUT, que “está falida”, “degenerada” etc.

Um dos motivos que levou o PSTU a formar a Conlutas relaciona-se à reforma sindical/trabalhista encaminhada pela burocracia da CUT e empresários ao governo Lula. É bom lembrar que o PSTU chamou o voto em Lula no segundo turno da última eleição, mesmo após o PT ter lançado a Carta aos Brasileiros, pela qual se comprometia com os interesses imperialistas. Como a CUT está atrelada ao governo Lula, a ruptura passou a ser o caminho traçado pelo PSTU.

O PSTU rompeu com o governo Lula, mas não com o reformismo. Passou a conchamar os descontentes do PT para a constituição de “um novo partido”. Com a criação do PSOL, restou o chamado à constituição de uma frente eleitoral. Na plenária, apresentou uma moção a ser aprovada e encaminhada ao congresso. A moção tem como objetivo a “constituição de uma Frente de Esquerda, Classista e Socialista, envolvendo além do próprio PSTU, o PSOL, o PCB e também movimentos sociais que são expressão da luta dos trabalhadores deste país”. Não

quer que esta frente tenha “a presença de partidos burgueses, como o PDT”, ainda que o PSOL já tenha alardeado sua pretensão em compor com este partido.

Embora uma parcela significativa do plenário tenha se colocado contra a moção, a proposta de “frente classista” acabou vencendo. Deve se destacar que, neste ponto, não há consenso entre as correntes que estão aliadas ao PSTU quanto à cisão da CUT.

O centro das discussões na plenária

Um dos pontos centrais da plenária foi a questão da ruptura com a CUT. Todas as correntes – MTS (PSTU), FOS / CEDS, Conspiração Socialista, Espaço Socialista, Oposição Revolucionária, Resistência Popular, Germinal etc. - defendem a cisão. Alegam que a CUT está falida para a luta dos trabalhadores e não é possível “recupera-la

Para o POR, não se trata de querer “resgatar” a CUT ou buscar “ressuscitá-la”. Este organismo existe e tem influência sobre as massas exploradas. Defendemos a unidade organizativa e prática entre os trabalhadores e sabemos que quem promove a divisão são os burocratas e não os revolucionários. Concordamos que a direção da CUT é burocracia, aliás, já afirmávamos isso quando o PSTU ainda mantinha-se na direção desta central. O processo de burocratização da CUT é parte de um fenômeno mais amplo, histórico, de crise de direção revolucionária, própria da fase atual do capitalismo (a imperialista). Trata-se de um problema relacionado à direção do organismo e não ao organismo em si. A tarefa colocada diante deste problema é varrer as direções burocráticas, através da frente revolucionária, e não deixar as massas trabalhadoras à mercê dos burocratas.

É por isso que o POR defendeu desde a formação da Conlutas a constituição de uma fração revolucionária para combater as burocracias e não como uma nova central. Não podemos concordar com uma cisão, até porque ela não está calcada em uma reivindicação das bases, é uma iniciativa de uma vanguarda dirigida pelo centrismo e acompanhada pelo ultra-esquerdismo.

A defesa de uma nova central só revela os interesses aparelhistas do PSTU e demais correntes. Dirigir o movimento, nesta concepção, é estar à frente do aparelho sindical ou estudantil, ter o controle sobre eles, e não apresentar um rumo para as lutas, que defenda as necessidades dos explorados.

É preciso impulsionar as lutas

O que está faltando para a Conlutas é a organização dos trabalhadores/estudantes em defesa das reivindicações fundamentais, como emprego, salário, direitos trabalhistas e educação gratuita a todos. Depois das manifestações contra a reforma sindical/trabalhista, os atos convocados pela Conlutas, como o da guerra contra o Iraque, têm sido extremamente de vanguarda e dotados de uma característica de festejos e não de combate.

Diante da crise de corrupção que afetou o governo Lula / PT o que fez a Conlutas? Organizou uma mobilização classista e de massas? Defendeu quais propostas? Primeiro defendeu que as CPI's fossem sérias, defendeu o “fora todos” e, no texto apresentado na plenária, defendeu “prisão dos corruptos e cor-

ruptores”, eliminando o caráter de classe deste problema, dividindo o mundo “honestos” e “desonestos” e não dizendo quem vai prendê-los.

No caso da Apeoesp, nada foi feito contra as demissões. Sequer uma plenária foi organizada para que houvesse uma centralização dos descontentamentos presentes nas atribuições de aulas. Diante do desemprego qual a bandeira da Conlutas? O PSTU e outras correntes defendem a simples redução da jornada de trabalho, desconsiderando a bandeira Escala Móvel das Horas de Trabalho. Na última assembleia, enquanto o POR defendeu a escala móvel, o PSTU procurou evitar a sua votação remetendo “para uma discussão com a base”. Preferiu a defesa da estabilidade através da aprovação de um projeto de emenda constitucional que, na verdade, garantirá aos governos neoliberais (dos municípios, dos estados e federal) demitirem os servidores públicos.

A FOS, com o apoio do PSTU e outras correntes, é uma árdua defensora da independência da Conlutas em relação “aos governos e partidos políticos”. E justifica essa defesa como forma de evitar o eleitoralismo. No entanto, desconsidera em que consiste um partido revolucionário. Desconhece a estratégia dos partidos burgueses à do partido da revolução proletária. Isso traz como consequência a negação da construção do partido operário, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias.

Esses exemplos demonstram as dificuldades da Conlutas.

Rondônia:

Manifesto Dedicado aos Acadêmicos e a Juventude em Defesa da Universidade Pública

Corrente Proletária Estudantil – Porto Velho/03/04/2006

Somos parte da minoria que tem acesso à universidade pública, principalmente no momento histórico de desmonte do ensino público superior em todos os níveis, dado o intenso processo de privatização desse nível de ensino, quando o governo PT/Lula discute a reforma e tenta convencer as massas que trata-se de incluir negros, índios e pobres com a abertura do Prouni, investindo no setor privado do ensino e isentando altas somas de impostos que poderiam reverter em benefício da expansão de vagas nas universidades públicas.

O governo Lula/PT segue os caminhos dos governos anteriores de cumprir fielmente lições ditadas pelos organismos do imperialismo tais como FMI, Banco Mundial, ONU, UNICEF, UNESCO, etc., e por isso vem impor a reforma universitária, que só atende aos interesses da burguesia internacional e nacional aprofundando a mercantilização do ensino superior. Para tanto, conta com o apoio das entidades estudantis, que deveriam representar os estudantes, porém, apóiam o governo e sua reforma privatizante e os interesses do imperialismo e dos empresários do ensino superior.

Só para se ter uma idéia, basta olhar as estatísticas indicadas pelo próprio governo federal, a partir da oficialização do projeto neoliberal aumentou sobremaneira o percentual das universidades privadas em mais de 38% no espaço de dez anos. Enquanto no ano de 1992, as universidades públicas, ocupavam um espaço de 41% e as privadas de 59%, no ano de 2003, já

De um lado, os traços de burocratismo e, de outro, correntes que são apartidárias.

Traços de burocracia na CONLUTAS

A Conlutas nem se formou enquanto “alternativa de luta” e já apresenta problemas de burocratização da direção, ao ponto de todas as correntes terem apresentado documentos em defesa da democracia operária. São conhecidos os casos de controle das plenárias e encontros nacionais, inclusive o que definiu as regras do CONAT, realizado em 2005, em Brasília.

Na plenária recente para retirada de delegados do CONAT, o PSTU acusou levemente o POR de votado contra a Conlutas numa reunião de representantes de escola da APEOESP. Nisso receberam o apoio da FOS que se omitiu mesmo sabendo que a posição do POR consistia em não concordar com o uso da estrutura do sindicato (filiado à CUT) para o CONAT, quando este defendeu a ruptura com a CUT, isto é, levará a uma cisão no movimento dos trabalhadores. Defendemos a Conlutas como uma frente antiburocrática e de luta para enfrentar a direção pró-capitalista da CUT e da Força Sindical.

Participação do POR na plenária da Conlutas

O POR expôs suas divergências em relação à cisão da CUT. Não houve o debate das teses. Após a votação da moção eleitoral do PSTU, houve a eleição dos delegados. O resultado final ficou a cargo da comissão organizadora do Conat.

ocupa, 71% do total das universidades do país, restando apenas um percentual de 29% das universidades públicas, isso sem contar com as escolas de ensino superior privado que já foram autorizadas pelo Mec, nos dois últimos anos. Temos portanto, nestes números evidências do desmonte sistemático do ensino superior público em proveito da mercantilização do ensino que se estende aos demais níveis de escolarização.

Confiar na Unificação da Luta dos Professores, Funcionários e Acadêmicos Orientados pelo Programa da Classe Operária: Nada de Confiar nos Embromadores Catadores de Votos

Aqueles que se reivindicam de defensores das maiorias oprimidas precisam rechaçar o apoio das entidades estudantis e dos trabalhadores do ensino superior que não se comprometem com a luta contra o desmonte das universidades públicas.

Precisamos rechaçar a UNE liderada pela UJS (PC do B), que busca manobrar os acadêmicos tentando convencê-los que é possível uma Reforma Universitária em favor dos estudantes nos marcos do capitalismo agonizante. Enganam-se aqueles que acreditam nesta façanha, pois no capitalismo em crise, toda reforma só traz benefícios à burguesia, até porque se trata de meios para tentar evitar a sua derrocada. Para fortalecer esta ilusão de beneficiamento às maiorias estudantis a UNE estalinista em 2004 entregou ao governo Lula, sua proposta de reforma que é uma réplica dos interesses do PT/FMI e seus laiaos

nacionais. A UNE ao tentar manobrar os estudantes aposta na manutenção da despolitização revolucionária das maiorias e por isso manobra também os congressos da entidade em favor dos interesses eleitoreiros, pois quando não são os próprios componentes das diretorias das entidades, são apoiadores de outros e buscam arrastar os acadêmicos como eleitores fortalecendo o executivo e o parlamento corrompido. Assim, a Reforma Universitária do PT determina dentre outras questões, os seguintes aspectos:

1 – Em decorrência do corte de investimentos, encurta cursos sequenciais para dois anos, superlota salas de aula, introduz os telecursos e o ensino à distância, fortalece o ensino privado através das fundações etc. Em Rondônia já são três que atendem a esse preceito: Riomar em Porto Velho, mais uma em Vilhena e outra em Guajará-Mirim.

2 – Cobranças de taxas aos estudantes das universidades públicas por meio de imposto de renda ou outra forma, pois prevê, que aquele estudante que não tem condições de pagar no decorrer do curso, o fará após a conclusão quando conseguir emprego, conforme a proposta da deputada Selma Shons do PT/PR;

3 – Sob a farsa da estatização de vagas, favorecem os empresários do ensino superior, quando leva para eles a proposta de pagar as vagas ociosas - O Prouni, nas faculdades privadas, ocupadas por estudantes pagos pelo governo, através de mecanismos de isenção de impostos, o que significa que enquanto os empresários do ensino superior concentram riquezas, as verbas das universidades públicas estarão sendo cortadas e os filhos dos trabalhadores e oprimidos de um modo geral, estarão cada vez mais distantes de serem atendidos por esse nível de ensino;

4 – O Provão como Avaliação Institucional, foi substituído pelo ENADE, que vem justificar cortes de investimentos no ensino público superior, em função da iniciativa privatista, segue os mesmos interesses do provão. Apenas muda de nome, mas a função é a mesma. Avalia professores e alunos e de acordo com os interesses fecha cursos, justificando incapacidades intelectuais de docentes e discentes, fortalecendo a iniciativa privada obscurantista;

5 – Sem aumentar o número de salas de aula dizem querer aumentar a cota para negros, índios etc., o que não resolverá o problema da exclusão de maiorias, pois enquanto existir vestibular, a seletividade deixará milhares de jovens fora das universidades públicas, independente de raça ou qualquer estereótipo que a sociedade de classes estigmatiza.

Lutar contra a Reforma Universitária requer organizar uma luta que vá além das fronteiras da universidade. É necessário unir interesses de estudantes, professores e funcionários, com os interesses da classe operária e camponesa e os oprimidos de um modo geral. Que estejamos fortalecendo a luta no sentido de exigir que as entidades estudantis (UNE, DCEs, CAS, UMES, UBES), Centrais Sindicais e Sindicatos, o MST e demais lutas camponesas e de movimentos de massas se unam com tal propósito para barrar a reforma universitária de governo Lula/PT.

Defender a universidade pública requer a unidade de professores, alunos e funcionários vinculados aos interesses da classe operária

Porque devemos ser contra a reforma universitária do PT/Lula? Porque além de fortalecer os interesses dos empresá-

rios da educação, está subentendida cobrança aos estudantes na medida em que defende que as Universidades precisam criar estratégias para adquirir fundos para se manterem, o que leva ao surgimento de interesses dos burocratas da educação em abrir fundações, que utilizam-se dos recursos humanos e das instalações das universidades públicas em função de encher os bolsos dos gananciosos fortalecedores dos interesses do imperialismo e seus órgãos gestores como o Banco Mundial.

Rondônia, nesse contexto, ocupa um lugar de destaque no país e na região Norte, na medida em que para o Estado do Amazonas, só perde apenas por um percentual em torno de 2%. Desta maneira, o Estado conta até o início do ano de 2006, com 26 faculdades cadastradas no Mec.

Companheiros, que possamos lutar pela universidade verdadeiramente autônoma, tendo como instâncias deliberativas às assembleias de base formada por professores, alunos e funcionários, que pela maioria em votação decidam sobre a administração pedagógica e financeira da universidade para serem mantidas por recursos liberados pelo Estado. Que a pesquisa e extensão, possam atender aos interesses e necessidades de todos os trabalhadores e da juventude oprimida, o que requer o ensino superior vinculando autenticamente a teoria com a prática. Ou seja, vinculando o fazer com o pensar – a escola e o trabalho produtivo.

Defender a universidade/científica, significa defender a escola vinculada à produção social e por isso trabalho para toda juventude restando tempo disponível para o repouso, lazer, ocupando apenas quatro horas no processo produtivo e que o salário sejam compatíveis com as suas necessidades e acompanhando o aumento de preço das mercadorias; que lutemos contra o desemprego, e que nenhum jovem, pai ou mãe de família esteja fora do mercado de trabalho, como condição para evitar toda espécie de violência

Por tudo isso, defendemos a escola única, laica, gratuita e vinculada à produção social – condição necessária para garantir a universidade para todos e a autêntica autonomia universitária e aquisição do conhecimento científico; por emprego para todos os jovens de acordo com sua capacidade física e mental, salário compatível com suas necessidades, como condição de resolver o problema da violência tão propalada pela imprensa, que é fruto da violência do capitalismo sobre as maiorias, da qual a população jovem se converte no principal alvo; apoio à luta revolucionária da Bolívia; pela construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina; todo apoio à luta dos estudantes franceses, que lutam contra a flexibilização do trabalho e por isso, contra o saque do primeiro emprego para o jovem; contra a reforma universitária, que tem o fim de mercantilizar o ensino, favorecimento à iniciativa privada, com vagas ociosas pagas pelo governo, estabelecimento das fundações; contra o obscurantismo, que será fortalecido com a reforma universitária, que tenciona encurtar cursos para dois anos e introdução do ensino à distância e dos telecursos. A conquista e consolidação de todos essas bandeiras dependem da luta unificada de todos os oprimidos por intermédio dos métodos da classe operária revolucionária, munidos de um programa revolucionário, como o único meio de arrancar da burguesia o que ela roubou ao longo da sua história, concentrando as riquezas produzidas pelos trabalhadores em suas mãos.

Nesta edição:

- Resolução sobre a situação internacional
- Capitalismo em crise saqueia Iraque
- Argentina: Superávit fiscal - Uma mão gigante em nosso bolso para juntar mais recursos para pagar o FMI, para subsidiar os capitalistas

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Resolução sobre a situação internacional

1. O imperialismo é a fase de decomposição do capitalismo. Predomina o capital financeiro. Um punhado de potências subordina o restante das nações semicoloniais por meio de dívidas. Controla a produção e o comércio mundial. As multinacionais se estendem por toda parte, impossibilitando a industrialização da maior parte dos países atrasados. A centralização e concentração do capital intensificam a opressão nacional. As fontes de matérias primas estão a serviço das multinacionais e do capital financeiro.

O endividamento dos estados nacionais e o domínio de ramos estratégicos da produção pelas multinacionais permitem ao imperialismo impor diretrizes econômicas às semicolônias. O saque das nações de capitalismo atrasado garante o funcionamento mundial do capitalismo e as vantagens das potências.

O mundo está repartido em zonas de influências e exploração pelo imperialismo. As duas guerras mundiais marcaram a fase de decomposição do capitalismo monopolista. Indicaram o esgotamento da repartição mundial e a necessidade de uma nova divisão do mundo. Os Estados Unidos potencializaram no entre guerras. Elevaram-se como carro-chefe da economia mundial. Constituíram um vasto domínio, de forma que não há conflito em que sua presença não seja determinante. Fato que indica o alto grau de dependência dos Estados Unidos do restante do mundo, inclusive das demais potências.

Qualquer restrição ao saque levantado por uma nação oprimida é motivo de agressão. Frente aos demais países imperialistas, os EUA travam guerra comercial, mais ou menos aberta. As potências têm procurado negociar, por meio de seus or-

ganismos internacionais, o arrefecimento do protecionismo e o intervencionismo sobre os países atrasados. Os resultados têm sido precários. Indicam a tendência ao aumento dos conflitos internacionais.

Nos últimos dois anos, a economia mundial recuperou-se do desaquecimento anterior, dando fôlego à demanda de interesses comerciais antagônicos. A manutenção do crescimento especulativo dos EUA, contando com os gastos com a guerra do Iraque, a manutenção do desempenho da China, adaptada ao capitalismo, e a retomada do crescimento do Japão, depois de uma década de estagnação/recessão, amenizaram momentaneamente os embates comerciais, eclipsaram os desentendimentos entre as potências e deram a impressão de que o capitalismo mundial se acha em equilíbrio.

Mas há fatores que apontam mudanças nesse quadro: 1. Limites das medidas monetárias e financeiras aplicadas pelo Banco Central norte-americano para manter o crescimento; 2. Pressões sobre a China para valorizar sua moeda frente ao dólar, convertendo-se em maior importadora e menor exportadora; 3. Limites na elevação do crescimento japonês; 4. Fracasso da união européia para potencializar sua economia global; 5. Profundo endividamento das nações atrasadas; 6. Petróleo em alta; choque em torno da energia nuclear; 7. Impossibilidade de se reverter a alta taxa de desemprego mundial e de miséria das massas.

2. O imperialismo atua para expandir seus mercados, mas os métodos de acordos econômicos e de regulação falham diante da superprodução e do gigantesco acúmulo de capital financeiro. Os organismos e reuniões internacionais responsáveis por

disciplinar a concorrência entre monopólios e nações se mostram inoperantes. As potências pregam a liberdade de mercado, mas exercem o protecionismo em ramos que ocupam posição desfavorável na concorrência.

Os Estados Unidos não podem recuar no seu domínio. A Europa precisa recuperar mercado. O Japão se encontra sufocado por esse embate. As economias atrasadas suportam todo peso da crise de superprodução e do parasitismo financeiro. Não podem avançar em sua pequena fatia do mercado mundial e estão obrigadas a abrirem setores nacionalizados.

As diferenças de padrão salarial, de contrato de trabalho, de desenvolvimento tecnológico e os artificios cambiais vêm provocando colisões entre as potências; e destas com as economias atrasadas. As burguesias descarregam os desequilíbrios e a anarquia de mercado sobre as massas e aumentam o saque das semicolônias. Cresce a resistência dos trabalhadores e da juventude desempregada por toda parte. E as nações oprimidas se vêem na contingência de se rebelarem.

A burguesia das semicolônias retrocede sob as exigências do imperialismo e as aplica na medida em que não encontra obstáculo na maioria oprimida. Mas já não pode agir tão livremente quanto o fez nos últimos quinze anos, impondo os planos neoliberais do Consenso de Washington, como no caso da América Latina.

As situações de crise e levantes seguem ritmos diferentes, refletem particularidades, mas expressam igualmente o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, a anarquia da produção, inatividade de uma massa de meios de produção, crescente exército de desempregados crô-

nicos e empobrecimento da maioria. É sobre essa base, e impulsionadas por suas crescentes contradições, que as potências se lançam vorazmente por cima de países e regiões inteiras que não puderam alcançar o pleno desenvolvimento capitalista.

A rebelião antiimperialista das nações oprimidas é protagonizada pelas massas, em contraposição à burguesia e seus governos putrefatos. A resistência de povos e os levantes de massa contra o saque imperialista obrigam as potências a usarem a força das armas. A situação mundial caracteriza-se pelo intervencionismo econômico-militar do imperialismo, impulsionado pelos EUA e pela resistência dos povos oprimidos.

3. Na Ásia, os fatores da crise comparecem em toda parte, mas a China tem uma importância particular, acumula contradições internas e atrita com a violenta concorrência mundial entre as potências. A projeção da China no mercado mundial - graças aos baixos preços de suas mercadorias - vem provocando protestos protecionistas em toda parte. Força de trabalho superexplorada, incentivos governamentais, câmbio desvalorizado e penetração de multinacionais impulsionada pela restauração capitalista permitiram à populosa China um crescimento excepcional em quase duas décadas.

Os EUA passaram a ter grande ascendência sobre a burocracia governamental. São o grande importador de mercadorias e de capital financeiro desse país asiático. E suas multinacionais avançam sobre a economia chinesa. Há uma acirrada disputa entre as potências para conquistar espaços no fabuloso mercado interno. Permitiu-se à China ingressar na OMC com o claro objetivo de discipliná-la às regras de mercado ditadas pelos EUA e demais potências. Mas tais regras não poderão ser impostas sem conflitos externos e internos.

A China, ao lado dos EUA, é responsável pelo desempenho positivo da economia mundial. A possibilidade de crescimento por mais tempo não está garantida, como indicaram análises de economistas na recente reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos. E o acúmulo de capital financeiro parasitário ressurge como problema. Da China, é exigida maior abertura de mercado e entrega de setores estatais como bancos, telecomunicações. As reformas pró-capitalistas, inauguradas nos anos 70, são consideradas

insuficientes pelas potências.

O capitalismo mundial arrastou a China para a órbita do capital monopolista, e abriu caminho para o intervencionismo econômico do imperialismo. Inicialmente se instalaram as Zonas Econômicas Especiais aos investimentos estrangeiros e se quebrou a propriedade estatal da terra. Avançou em seguida a liberalização de outros setores para exploração da mão de obra barata, o que incentivou as exportações. No entanto, para o imperialismo, a centralização burocrático-militar da economia deve ser quebrada e o protecionismo estatal suprimido.

Ocorre que a burocracia restauracionista se assenta numa crise social crescente, provocada pela expulsão de milhões de camponeses da terra, desemprego em massa, rebaixamento salarial e precarização dos direitos trabalhistas. A formação de uma classe média consumista tem servido de instrumento para a burocracia restauracionista conter a convulsão social latente.

O avanço da penetração do capital imperialista agravará as contradições no futuro próximo. A China comparece como um fator de grande peso na crise mundial do capitalismo. E a luta de classe interna tem muita importância para o combate do proletariado mundial ao capitalismo.

4. A guerra do Iraque expõe aos trabalhadores do mundo e aos povos oprimidos a barbárie do capitalismo. As mentiras do governo Bush que justificaram a invasão militar, a mortandade e a derrubada do governo Saddam Hussein foram desmascaradas. Não havia nenhuma ameaça de guerra química por parte dos iraquianos. A ocupação, a destruição de parte do país e as mortes foram ditadas pelo petróleo e pela necessidade de controle estratégico regional.

Livrando-se do ditador nacionalista do Iraque e impondo um governo títere, os EUA poderiam limitar o nacionalismo rebelde do Oriente Médio, encabeçado pelo Irã, Síria, Palestinos e setores do Líbano. Fortaleceriam Israel e controlariam mais ainda a oligarquia pró-imperialista do petróleo (Arábia Saudita, Emirados Árabes etc). A resistência iraquiana, porém, tem golpeado o plano do governo Bush. O mesmo ocorre no Afeganistão.

O terrorismo ganha apoio das amplas massas do Oriente Médio, que não possuem o partido revolucionário e não vêem outra alternativa para combater os poderosos

invasores estrangeiros. Ao mesmo tempo em que cresce o ódio ao imperialismo entre as massas e aumenta em vigor o combate à prepotência do grande capital, a luta antiimperialista se mostra limitada pelo nacionalismo e pelo método terrorista.

Os EUA, Inglaterra e demais aliados se desmoralizam ainda mais diante dos olhos dos povos oprimidos perante a revelação de que montaram uma rede clandestina de transferência de presos para centros de tortura. Internamente, os governos norte-americano e inglês sofrem resistência das camadas populares mais conscientes da ação reacionária contra os povos oprimidos do Iraque e Afeganistão.

O imperialismo alemão e francês que se opôs formalmente à invasão do Iraque se mostrou, finalmente, conivente com os EUA\Inglaterra. Agora, Alemanha e França tomam a frente contra o Irã, dirigido por um governo nacionalista, disposto a desafiar o monopólio das potências sobre a energia nuclear.

O imperialismo não pode tolerar qualquer decisão de soberania e autodeterminação nacional que afete seu domínio. Assim, prepara uma ação militar.

A vitória eleitoral do Hamas, na Palestina, indicou o apoio das massas à luta pela libertação dos territórios ocupados por Israel. A derrota da Fatah expressou a rejeição dos explorados aos acordos que ferem a posição de autodeterminação frente ao imperialismo. As eleições expuseram o quanto o imperialismo corrompeu o governo da Autoridade Palestina, controlando-o por meio da "ajuda" financeira.

A tendência é de agravamento do choque das nações oprimidas do Oriente Médio e das massas exploradas contra a feudal-burguesia pró-imperialista. As ocupações militares e os massacres mostram para os explorados do mundo a barbárie imposta pelas potências aos povos explorados.

5. Depois de duas décadas de aplicação das diretrizes neoliberais do Consenso de Washington, na América Latina, ressurgiram entre as massas ilusões nacional-reformistas. Mas partidos e movimentos que colocam no poder do Estado governos desse tipo rapidamente se mostram limitados ou impotentes frente ao grande capital. Não podem se apoiar nas massas para realizar reformas democráticas, populares e nacionais, como prometem.

O capitalismo mundial, altamente con-

centrado e centralizado pelas potências, não permite a concretização de um programa nacional-reformista nas semicolônias. As experiências catastróficas da população com governos neoliberais, abertamente entreguistas, permitem a projeção de caudilhos como Lula, Evo, Chaves, Tabaré e outros. Despertam-se esperanças nos explorados de que é possível acabar com o desemprego, o empobrecimento constante e a miséria da maioria por meio de “políticas públicas” ajustadas à realidade do país.

Tais governos não têm como utilizar as riquezas nacionais para desenvolver as forças produtivas e distribuir algumas vantagens para os explorados. O capital imperialista se acha profundamente enraizado nas semicolônias; e as riquezas nacionais, em grande medida, estão sob seu controle. Os caudilhos e seus governos “nacionais” se revelam impotentes diante do poderio do capital financeiro e das multinacionais.

A base da economia capitalista, inclusive nos países mais atrasados, está determinada pela propriedade privada monopolista. O grande capital internacional atua por cima das fronteiras nacionais. Atua em contradições e em combinação com as formas atrasadas pré-capitalistas e com o baixo desenvolvimento capitalista refletido pela pequena propriedade.

As correntes nacionalistas e seus caudilhos eleitorais se deparam com a grande propriedade e com os condicionamentos do imperialismo sobre a vida econômica e social das nações semicolônias. Quanto maior o desenvolvimento capitalista da semicolônia, maior o peso do capital externo e maior seu entrelaçamento com o grande capital interno.

Em qualquer caso, o nacional-reformismo teme que as massas empobrecidas se lancem contra a propriedade monopolista. Não dá um passo que possibilite ao proletariado identificar as raízes do atraso do país e a origem dos males que atingem a maioria. Faz o contrário, passa a ser agente governamental do grande capital.

Nos países mais atrasados, de forte presença do pré-capitalismo, o nacional-reformismo reflete determinadas particularidades, que levam aos levantes de camponeses, nacionalidades índias, artesãos, semiproletários e proletários. Os caudilhos e seus movimentos reformistas canalizam a explosividade social para conter a revolução. Apóiam-se na pequena

propriedade e concluem reféns da propriedade monopolista.

Considerando as particularidades e o desenvolvimento dos governos nacional-reformistas, o que implica atritos com o imperialismo e seus lacaios internos, todos eles se submetem à grande propriedade e acabam servindo de instrumento para a burguesia. A explicação de que a esquerda está ganhando terreno contra a direita neoliberal, na América Latina, evita determinar o conteúdo de classe desse fenômeno, que se materializa na ascensão eleitoral de Lula, Evo, Chaves etc. São governos burgueses. É falso considerá-los como governos de transição ao socialismo.

As massas, sim, deslocam-se para a esquerda ao rejeitarem os velhos partidos oligárquicos. Carecem do partido revolucionário ou este ainda não encarna sua direção física, como excepcionalmente ocorre na Bolívia. O nacional-reformismo pequeno-burguês as canaliza e constitui um governo burguês de traição. Lula se revelou rapidamente pró-imperialista e anti-popular. Tabaré, no Uruguai, já deu passos nesse sentido. E Evo segue o mesmo caminho. Chaves se viu obrigado a assumir posições populistas e antiamericanas diante de uma oposição interna golpista.

A política do partido revolucionário é de total independência frente a tais governos e de defesa dos métodos e do programa da revolução proletária. A estratégia de derrocada do imperialismo e das burguesias locais é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

6. A resistência à ofensiva econômica e militar das potências depende do movimento de massa e da direção da classe operária. A putrefação do capitalismo e a ofensiva da burguesia sobre as condições de vida da maioria expõem o profundo retrocesso que sofreu o proletariado com a liquidação da III Internacional por Stálin e a restauração do capitalismo na ex-União Soviética que se processa.

Vemos o quanto a reação burguesa avançou no Leste Europeu e avança contra conquistas históricas dos explorados na China e em Cuba. O que resta dos partidos comunistas estalinistas segue este ou aquele partido da burguesia. Integraram-se inteiramente na democracia burguesa. Acham-se corrompidos. Confirmaram o papel contra-revolucionário do estalinismo.

As inúmeras correntes que se reivindicam do leninismo-trotskismo espelham o

seu afastamento do Programa de Transição, da tarefa de aplicá-lo às condições particulares de cada país e da necessidade construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A vanguarda que vem despertando para a luta se depara com tremenda confusão nas fileiras do trotskismo, cujos pólos centristas e esquerdistas perdem cada vez mais traços do marxismo.

Uma das características principais dessas correntes, no plano internacional, é a de isolar o Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), cujo programa e prática se identificam com o marxismo-leninismo-trotskismo. A Bolívia, na situação mundial, é o país amadurecido para a revolução proletária.

As massas têm protagonizado levantes que a aproximaram do poder. O MAS, de Evo Morales, no entanto, esteve em sua direção e canalizou o movimento revolucionário para a constituição de um governo burguês, com tinturas reformistas.

O POR trabalhou e trabalha no seio das massas com o programa da revolução proletária. Encontra-se em total contraposição ao governo de traição aos camponeses e aos explorados em geral.

Evo Morales despertou ilusões nas esquerdas em geral. Arrastou parte dos ditos trotskistas a pleitear participação eleitoral e a desfraldarem a bandeira da Constituinte. Até mesmo apoio Evo Morales obteve.

O Congresso de janeiro de 2006 do POR boliviano evidenciou o caráter burguês e traidor do MAS, analisou sua incapacidade de enfrentar o imperialismo e determinou as tarefas de combate pelo programa do proletariado e contra a política de engano nacionalista do governo. O fortalecimento do POR entre as massas e a quebra do seu isolamento internacional é fundamental para impulsionar o processo de superação da crise de direção.

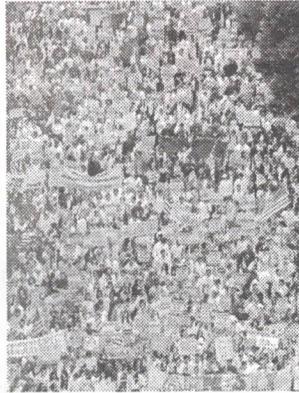
O Comitê de Enlace de reconstrução da IV Internacional irá se potenciar com o avanço da construção dos partidos programados, que no Brasil, Argentina e Chile ainda se encontram em estado embrionário. O imperialismo não tem como superar a crise do capitalismo mundial e arrasta as massas para a barbárie. Eis por que cresce a luta de classe por toda parte. O proletariado é a classe mundial capaz de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Protestos de imigrantes nos EUA confronta projeto discriminatório

Mais de um milhão de imigrantes realizaram em 75 cidades dos EUA protestos contra o projeto James Sensenbrenner, aprovado em dezembro pela Câmara dos Representantes, e que prevê a criminalização aos que empregarem ilegais, penas mais duras aos imigrantes, taxaçoão do envio de dólares aos familiares e reforço financeiro para aos muros, cercas e policiamento de fronteiras.

Poucos dias antes, foi rejeitado outro projeto que legalizaria cerca de 10 milhões de imigrantes ilegais, de um total de 12 milhões estimados. O número de latinos, somados legais e ilegais, já é maior que o de negros nos EUA. Em geral, são levados ao subemprego ou utilizados como mão-de-obra barata. Trata-se de uma necessidade do capitalismo a superexploração do trabalho de dezenas de milhões, já que não é possível manter a lucratividade pagando salários equivalentes aos do proletariado nativo. Uma migração ilegal reprimida favorece a superexploração do trabalho, aproveitada por diversos setores do capital. Ao mesmo tempo, não é possível permitir a abertura de fronteiras, já que o vizinho México semicolonial mantém a superexploração do trabalho como regra, e o desemprego joga milhões na miséria absoluta. A abertura de fronteira levaria a uma onda migratória que poderia acirrar a luta de classes no maior país imperialista.

O projeto Sensenbrenner expressa a barbárie do capitalismo decadente. Os trabalhadores latinos começam a se levantar para enfrentar a opressão do capitalismo em seu ponto mais nevrálgico. A revolução proletária nos EUA dará papéis fundamentais aos latinos e negros superexplorados.



Protesto nos EUA

Irã anuncia novos armamentos e enriquecimento nuclear

O Irã divulgou a criação de um avião anfíbio invisível, capaz de lançar o míssil aquático mais rápido de todos os tempos. E festejou a realização do enriquecimento de urânio, matéria-prima necessária à instalação de novas usinas nucleares ou a fabricação de bomba atômica. Deverá construir 3 mil centrífugas até março de 2007.

O governo iraniano vem sofrendo pressões dos países imperialistas (EUA e União Européia) para suspender seu programa nuclear. O pretexto dos EUA serve para preparar uma ofensiva militar contra o Irã, suspensa até agora por causa das dificuldades encontradas no Iraque, causadas pela forte resistência à ocupação militar do país. O presidente iraniano Ahmadinejad vinha dando a entender que haveria a possibilidade de negociação com a ONU e os EUA a respeito, mas sofreu a pressão de manifestações populares contra qualquer concessão ao imperialismo.

A ofensiva dos EUA tem por trás a necessidade de controle sobre os preços da principal fonte de matéria prima mundial, o petróleo. A alta influência dos papéis ligados ao preço do petróleo sobre as bolsas de valores obriga o imperialismo a lutar por seu controle absoluto. O direito à autodeterminação dos povos, que inclui a decisão de fabricar ou não armas nucleares, não pode ser respeitado pelo capitalismo decadente. A defesa consequente da soberania de cada povo leva à luta antiimperialista e anticapitalista.

O partido revolucionário defende o direito do Irã e de qualquer outro país de decidir se deve ou não fabricar a bomba atômica. O fim do armamento de uma nação contra a outra virá com as revoluções proletárias e o desenvolvimento mundial da sociedade comunista.

Nacionalista vence primeiro turno nas eleições peruanas

O candidato nacionalista Ollanta Humala, identificado politicamente com Hugo Chávez e Evo Morales, foi o mais votado no primeiro turno das eleições peruanas, com Alan Garcia, do Apra, disputando o segundo lugar com a direitista Lourdes Flores.

A vitória parcial de Humala reafirma uma tendência geral na América Latina de ascensão de candidatos nacionalistas. Ele promete nacionalizar os hidrocarbonetos e outros setores estratégicos do país.

O presidente Alejandro Toledo se apressou em assinar um tratado de livre comércio com os EUA, temeroso de que a ascensão de Humala pudesse prejudicar as negociações. O partido de Toledo, desgastado, nem mesmo lançou candidato à presidência.

A América Latina vem sendo palco de grandes manifestações de massa contra as medidas neoliberais de aumento da opressão nacional e social, com seu ponto mais alto na Bolívia. A ascensão de presidentes nacionalistas ou com discurso de esquerda serve como tentativa de contenção das lutas das massas. Tudo indica que não serão capazes de contornar as tendências mais profundas da crise capitalista. A tendência desses governos é a submissão ao imperialismo e suas diretrizes. Se Hugo Chavez ainda não segue esse caminho, trilhado desde o início por Lula, Kirchner, Tabaré, e recentemente Evo, é porque expressa uma fração da burguesia venezuelana em atrito circunstancial com o imperialismo, e apóia-se na força do petróleo para fazê-lo.

O antigo partido populista Apra, que posava de esquerda, hoje se junta à direita para conter o nacionalismo raquítico de Humala. Alan Garcia também almeja seguir os passos de Lula, manejado pelo capital financeiro internacional.

A ausência do partido revolucionário e da IV Internacional permitem ao nacionalismo raquítico seguir arrastando as massas para a via eleitoral.

Berlusconi perde as eleições na Itália

A vitória dos candidatos da chamada "centro-esquerda" nas eleições parlamentares italianas põe fim ao governo do direitista Silvio Berlusconi. As possíveis causas de sua derrota são a estagnação econômica, que tem rebaixado a Itália dentro da União Européia, e o desgaste da participação italiana na ocupação do Iraque.

Mas a vitória de Romano Prodi foi por margem estreita. Haverá dificuldade para formar uma coligação de governo com pequenos partidos. Há a possibilidade já anunciada de um governo de coalizão nos moldes do governo alemão.

A crise de governo na Itália revela as conseqüências da pretensa revitalização da Europa através da unidade monetária e alfandegária. Alemanha e França se beneficiaram, enquanto Itália, Espanha e demais países têm sofrido retrocessos. As leis do capitalismo se reafirmam em reconcentração de mercados e capitais. Na somatória, a União Européia não superou a estagnação.

As lutas de massas contra as reformas neoliberais (destruição de direitos sociais como previdência, contrato trabalhista etc.) mostram que se agrava a luta de classes no velho continente. As frações burguesas buscam governos de coalizão ou velhas fórmulas para conter o ascenso de massas. A Europa não escapa às tendências mundiais de agravamento dos conflitos sociais.

Capitalismo em crise saqueia Iraque

No final do século XIX, o capitalismo chega em sua fase mais elevada: a imperialista. Dentre outros aspectos, o imperialismo inicia um novo processo de partilha dos países do globo. O fim do colonialismo não levou à constituição de países "independentes", e sim à condição semicolonial, em que passam a ser oprimidos e saqueados pelos países imperialistas, que justificavam esta atitude como "humanitária", isto é, pretendiam levar a esses países à civilização e ao modelo ocidental de sociedade.

Os países do continente africano e asiático foram ocupados, suas riquezas dilapidadas, seus trabalhadores explorados e as rivalidades internas intensificadas. A tal "ajuda humanitária" prometida pela burguesia imperialista nunca existiu, muito menos a dita civilização ocidental foi implantada, a não ser a opressão. O que restou foi apenas terra arrasada: miséria, fome, desemprego, conflitos étnicos e epidemias.

Durante todo o século XX, as nações imperialistas utilizaram-se de justificativas falsas para poderem invadir e oprimir diversas nações do globo. Assassinarão milhares de trabalhadores para patrocinar seus interesses econômicos (matéria-prima para suas indústrias, exportação de capitais, ampliação do mercado de consumo, manutenção da dependência econômica dos países semicolonias e mão-de-obra barata) com objetivo de manter vivo o capitalismo em crise e agonizante.

Para resolver este problema que afeta o capitalismo, o imperialismo norte-americano empreendeu um ataque feroz ao Iraque (em 1991, na invasão do Kuwait) e, mais recentemente, em 2003.

O motivo alegado para a ocupação atual foi de que o Iraque estaria produzindo armas químicas de destruição em massa, financiando o grupo terrorista Al-Qaeda e sob o regime do ditador Saddam Hussein. Ou seja, agora o novo inimigo do imperialismo é o terrorismo e o extremismo islâmico. Por isso, em seu discurso no Congresso de Canberra (Austrália), o primeiro-ministro Britânico Tony Blair defendeu a permanência das tropas imperialistas no Iraque e fez um chamado para lutar contra o extremismo para de-

fender os "valores comuns" de justiça e liberdade e acrescenta, ainda, que se trata "de uma luta do Ocidente contra o Islã". Diz também: "Temos que mostrar que estes valores não são ocidentais, americanos ou anglo-saxões, mas de propriedade comum da humanidade, valores universais que deveriam ser o direito dos cidadãos globais". (FSP, 27.03.06).

No entanto, durante os três anos de ocupação do Iraque, ficou evidente que a real intenção dos Estados Unidos e de seus parceiros de crime (Grã-Bretanha, Israel, Alemanha, Itália, Rússia) era controlar seus poços de petróleo e, num futuro bem próximo, de todo o Oriente Médio. Os especialistas já alertavam que as jazidas de petróleo no Ocidente têm vida curta. Em contrapartida, o Oriente Médio possui 45% das reservas existentes.

Isto explica o gigantesco investimento das potências imperialistas na ocupação de um país que vive sob a miséria, o desemprego e a opressão há muito tempo. Situação causada por esses mesmos países, que hoje se intitulam "salvadores do povo iraquiano".

O método adotado pelos saqueadores imperialistas é a implantação de um governo fantoche de coalizão nacional, que cumpra a risca suas ordens, sem que haja qualquer tipo de resistência que possa incomodar seus interesses. Tony Blair reforça esse objetivo ao dizer que "...não seria justo para os iraquianos que as tropas britânicas, australianas e americanas abandonassem essa nação em um momento que envolve a formação de um governo de unidade nacional." (FSP: 28.03.06)

A ineficácia do imperialismo, nestes três anos de invasão, em estabelecer um governo de unidade nacional, um exército repressor e em exterminar a resistência dos iraquianos, fica cada vez mais clara para a população dos países invasores. Diante dos horrores da guerra, essas populações questionam a permanência das tropas de seus países no Iraque. É isso que está por trás dos altos índices de rejeição ao governo Bush. A unidade mundial da classe operária e demais trabalhadores é fundamental para derrotar a intervenção militar e acabar com o saque imperialista das nações pobres e oprimidas.

Argentina

Superávit fiscal - Uma mão gigante em nosso bolso para juntar mais recursos para pagar o FMI, para subsidiar os capitalistas

Como o governo consegue o famoso superávit fiscal tão aplaudido pelos economistas ortodoxos do neoliberalismo?

- Com os altíssimos impostos, que, na maioria dos produtos que consumimos, chegam a 21%. Arrecadação que cresce ainda mais pelo efeito da inflação.
- Com a não cobrança de parte dos lucros dos patrões (que reconhecem apenas uma parte dos verdadeiros lucros que têm).
- Com as retenções que fazem às exportações para compensar a supervalorização do peso, mas que é tomada como referência para o aumento de preços no mercado interno. Os trabalhadores sofrem as piores conseqüências da supervalorização do peso.
- Com o imposto sobre o salário. Mais de 300.000 trabalhadores são obrigados a pagar imposto de renda.
- Com os impostos ao "patrimônio". Ao não serem atualizadas as tabelas, as moradias humildes são atingidas pelo imposto.
- Com o congelamento dos orçamentos para a educação, saúde e moradia que atendem, cada vez mais, menos pessoas.
- Com um reajuste de fome, nos salários dos trabalhadores estatários, das aposentadorias e das frentes de trabalho.

De todas as formas, pela via da melhor arrecadação ou pela via de não aumentar os orçamentos e salários, quem paga pelo superávit fiscal é o nosso sangue.

E para que querem esse superávit, recomendado pelos executivos do FMI?

Servem tanto para comprar dólares, como para pagar a dívida antecipadamente. De nossos bolsos é que sai o dinheiro para pagar os guesseugas do Fundo!

Nós, que sofremos as conseqüências do endividamento e suas políticas, somos os que pagamos a dívida.

Os que se beneficiam são aqueles que tiraram o capital do país, aqueles que se enriqueceram até não poder mais, aqueles que concentraram mais capitais – eles são os que festejam esse pagamento sem que lhes custe nada.

O excedente do recolhimento deveria ser destinado imediatamente para reduzir os impostos aos produtos de consumo popular. Devem ser destinados a planos de obras públicas que atendam nossas necessidades mais urgentes. Ainda que o FMI diga o contrário.

Esse superávit gigantesco que está sendo acumulado é destinado à continuação do pagamento da fraudulenta dívida externa (este ano serão pagos mais 12 bilhões de dólares), e uma parte vai ser destinada a subsídios, à rapina, de grupos capitalistas que crescem sob o amparo do Estado para depois devorá-lo.

Agora "descobriram" que incrementar o superávit ajuda a controlar a inflação! Típica receita monetarista, como tantas que conhecemos, que só nos levam à miséria cada vez maior.

Os discursos do governo que se referem à redistribuição de renda, a uma maior atenção aos mais pobres e desprotegidos, não passam de discursos. A realidade demonstra que a distribuição da renda nacional é cada vez menos equitativa. Os 10% mais pobres da população recebem 32 vezes menos que os 10% mais ricos. A desigualdade continua crescendo, ainda sob um governo que fala em redistribuição de renda.

(Extraído do jornal "MASAS" Argentino n. 193 de fevereiro de 2006).